

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito da administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

- 51 As empresas públicas que recebem da União recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral estão obrigatoriamente incluídas no orçamento fiscal.
- 52 O efeito regionalizado de benefícios tributários concedidos pelo governo federal que resultem em isenção ou anistia deverá ser incluído no projeto de lei orçamentária anual.
- 53 O orçamento de desempenho, por considerar o resultado dos gastos e os níveis organizacionais responsáveis pela execução dos programas, distingue-se do orçamento clássico.
- 54 De acordo com o princípio da exclusividade, é vedado ao Poder Executivo incluir na lei orçamentária anual (LOA) autorização para contratação de operação de crédito.

Com relação às classificações e técnicas de execução do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

- 55 A transferência de créditos orçamentários de um órgão público a outro órgão que esteja em ministério ou estrutura administrativa diferente deve ser feita por meio de repasse.
- 56 É vedado classificar o ingresso de recursos provenientes da alienação de componentes do ativo permanente como receita patrimonial.
- 57 A regionalização das metas físicas na execução da despesa é obrigatória e deve ser expressa nos atributos dos planos orçamentários previamente definidos para a ação.
- 58 O crédito para despesas urgentes, e não incluídas no orçamento, realizadas em função da ocorrência de calamidade pública, deverá ser aberto por meio de medida provisória.

De acordo com as normas legais e infralegais que envolvem matéria tributária e orçamentária, julgue os itens subsequentes.

- 59 O órgão público que fizer pagamento a fundação de direito privado pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral deverá efetuar as retenções, na fonte, dos impostos e contribuições federais incidentes sobre o valor pago.
- 60 Caso seja declarada a insolvência de devedor de empresa por sentença emanada do Poder Judiciário, a empresa credora poderá deduzir as perdas dos valores devidos como despesas, para determinação do lucro real.
- 61 É vedada a compensação entre os valores retidos de impostos e contribuições e os montantes devidos em relação a fatos geradores ocorridos depois do mês de retenção.
- 62 As competências próprias das unidades responsáveis pelas atividades de planejamento incluem a captação de dados e o cálculo de indicadores econômicos e sociais destinados a desenvolver previsões e informações estratégicas sobre tendências e mudanças no âmbito nacional e internacional.
- 63 Estará proibido de realizar convênio com a União o ente da Federação em débito junto a órgão ou entidade da administração pública em relação a obrigações fiscais ou a contribuições legais.

À luz do disposto na Lei n.º 4.320/1964, julgue os próximos itens.

- 64 As despesas contratuais e outras sujeitas a parcelamento podem ser consignadas na lei orçamentária anual em dotações globais.
- 65 Montante correspondente à anulação de despesas que tenha ocorrido posteriormente ao encerramento do exercício financeiro a que se refere será considerado receita do exercício em curso.

De acordo com a Resolução CFC n.º 750/1993, a observância dos princípios de contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 66 Nos casos em que são aplicados indexadores em contas de ativo com a intenção de representar a variação do poder aquisitivo da moeda corrente, em determinado período, há observância do princípio do registro pelo valor original.
- 67 É possível vislumbrar a capacidade futura de geração de caixa de uma empresa ao se utilizar o princípio da competência como pressuposto para os registros contábeis.
- 68 A agregação contábil de patrimônios autônomos resulta em nova entidade e não pode ser caracterizada como uma unidade de natureza econômico-contábil.
- 69 Na aplicação dos princípios de contabilidade, há situações em que a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais. Um exemplo é o registro da depreciação mensal, adotando-se como parâmetro a vida útil econômica e o valor residual do bem em detrimento da vida útil estabelecida por norma específica.
- 70 O princípio da oportunidade refere-se à produção de informações íntegras e tempestivas, sendo a tempestividade dos registros contábeis fator preponderante para proporcionar ao gestor rapidez na tomada de decisões.

Julgue os itens seguintes, acerca dos componentes patrimoniais, suas características e contabilização.

- 71 Segundo a atual perspectiva contábil, o patrimônio líquido representa o valor justo econômico mínimo de uma empresa, caso os seus sócios desejem comercializá-la sem sofrer perda econômica.
- 72 O benefício econômico futuro de um componente patrimonial é o pressuposto primordial para que esse componente seja contabilizado como ativo.
- 73 Um passivo é uma obrigação presente advinda de eventos passados. Sua liquidação resulta, necessariamente, na saída de recursos financeiros capazes de gerar benefícios econômicos.
- 74 As despesas configuram perdas nos benefícios econômicos de uma entidade, sob a forma de redução de ativos ou acréscimo de passivos, não estando relacionadas a distribuição de recursos a sócios/acionistas.
- 75 Se a conclusão de transação que envolva prestação de serviços não puder ser avaliada de forma confiável, a receita somente será reconhecida na proporção dos gastos recuperáveis.

Considerando que a mensuração, o registro e a evidenciação dos fatos contábeis refletem diretamente no patrimônio das empresas, julgue os itens subsequentes.

- 76** Se uma empresa adquirir estoques a prazo em condições normais de crédito, o custo financeiro implícito será registrado como despesa financeira e não como custo de aquisição.
- 77** A redução do valor residual de um ativo imobilizado proporcionará aumento da cota de depreciação mensal desse ativo, caso sua vida útil seja mantida inalterada.

Com relação à divulgação e análise das demonstrações contábeis, julgue os próximos itens.

- 78** Os recursos aplicados na construção de ativos para uso da entidade correspondem a fato permutativo do ativo e não serão evidenciados na demonstração do valor adicionado (DVA).
- 79** Na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto, há a necessidade de apresentação de informações complementares em notas explicativas, o que não ocorre ao se optar pelo método indireto. Assim, caso a empresa opte pelo método direto, ela deverá evidenciar os montantes de juros, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos durante o período.
- 80** A conversão de financiamentos a pagar de curto prazo em capital social proporcionará acréscimo ao índice de liquidez corrente da empresa.

Julgue os itens a seguir, acerca do papel do Ministério Público da União (MPU) relativamente ao campo de atuação e objetivo no âmbito da contabilidade aplicada ao setor público.

- 81** Por ser uma entidade governamental, o MPU deve disponibilizar informações sobre aspectos de natureza financeira e física do seu patrimônio.
- 82** Cabe ao MPU garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social, sendo a ele facultativa a aplicação integral das técnicas próprias da contabilidade aplicada ao setor público.

- I concessão de suprimento de fundos, ainda pendente de prestação de contas;
- II registro de provisões inerentes a compromissos de cunho atuarial;
- III baixa de equipamento considerado inservível;
- IV depreciação, no período, de bens móveis de uso.

Considerando que os eventos contábeis apresentados tenham sido registrados no âmbito da contabilidade do MPU durante o exercício de 2014, julgue os itens que se seguem.

- 83** O evento IV representa uma variação patrimonial qualitativa, mas não quantitativa: há redução do patrimônio líquido concomitante à inclusão da conta redutora no ativo.
- 84** Os eventos I e II devem ser registrados como variação patrimonial quantitativa diminutiva: ambos caracterizam despesas do MPU sob o enfoque patrimonial.
- 85** O evento III, extraorçamentário, não deve ser registrado como variação patrimonial.

Julgue os próximos itens, com relação à estrutura e às características das contas do plano de contas único do governo federal, composto por oito classes de contas, no âmbito do MPU.

- 86** Para registrar os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio, o MPU deve utilizar contas contábeis de natureza de informação de controle.
- 87** Mesmo com a adoção do plano de contas único do governo federal, o MPU pode desdobrar as contas contábeis além do sétimo nível ou utilizar outros níveis de contas para o registro de informações complementares.

Julgue os itens seguintes, relativos à contabilização de eventos contábeis registrados no âmbito do MPU.

- 88** Na descentralização do crédito orçamentário, devem ser respeitadas a classificação funcional e a estrutura programática da despesa orçamentária.
- 89** Os recursos arrecadados em exercícios anteriores podem ser classificados como superávits financeiros para fins de elaboração do projeto de lei orçamentária.

Os seguintes eventos contábeis foram registrados no primeiro exercício financeiro encerrado de determinada entidade governamental.

- previsão da receita orçamentária e fixação da despesa orçamentária, no valor de R\$ 160.000,00 cada;
- lançamento de impostos no valor de R\$ 100.000,00, sendo arrecadados 80% desse valor;
- recebimento de imóvel em doação no valor de R\$ 60.000,00;
- empenho e liquidação de despesas de pessoal no valor de R\$ 75.000,00, sendo R\$ 50.000,00 pagos no exercício e R\$ 25.000,00 inscritos em restos a pagar.

A partir dessa situação, julgue os itens a seguir relativos à estrutura e às instruções de preenchimento das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

- 90** Considerando-se os valores inscritos em restos a pagar, é correto afirmar que o balanço financeiro apresentou saldo para o exercício seguinte de R\$ 90.000,00.
- 91** Como se trata de uma variação patrimonial quantitativa aumentativa, o imóvel recebido em doação afeta positivamente a apuração do resultado patrimonial do exercício apresentado na demonstração das variações patrimoniais em R\$ 60.000,00.

Julgue os itens subsequentes, a respeito do gerenciamento de acesso e segurança do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

- 92** Cabe ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) a responsabilidade pelo cadastramento do cadastrador-geral no sistema Senha do SIAFI.
- 93** Com autorização do titular da unidade gestora, o operador que registre documento no sistema pode dar conformidade diária no SIAFI.

Acerca da elaboração da proposta orçamentária e da execução do orçamento, julgue os itens subsecutivos, conforme disposições da Lei n.º 4.320/1964.

- 94 Qualquer renda com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato é objeto de lançamento.
- 95 Desde que devidamente justificada, será admitida emenda ao projeto de lei de orçamento que vise conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado.

Considerando que um investidor tenha aplicado R\$ 50.000,00 à taxa de juros simples de 15% ao mês, julgue os itens que se seguem.

- 96 Suponha que o montante auferido após n meses nessa aplicação tenha sido aplicado por 4 meses à taxa de juros simples de 20% ao mês. Nessa situação, se o montante apurado ao final dos 4 meses for de R\$ 117.000,00, então $n > 3$.
- 97 Se, em um mês de 30 dias, o capital ficar aplicado por 23 dias, então o montante a ser auferido será superior a R\$ 55.500,00.

Julgue os itens subsequentes considerando que um investidor tenha aplicado R\$ 10.000,00 a juros compostos por um semestre e que 1,1 e 1,34 sejam, respectivamente, os valores aproximados para $1,048^2$ e $1,05^6$.

- 98 Se for proposta ao investidor uma taxa de juros nominal semestral de 30%, com capitalização mensal, o valor do juro obtido com a aplicação será superior a R\$ 3.300,00.
- 99 Se o valor dos juros for capitalizado trimestralmente e se, ao final do semestre, o montante apurado for de R\$ 10.600,00, então a taxa de juros compostos trimestral do investimento será superior a 5%.

A respeito de rendas uniformes, julgue os itens a seguir.

- 100 Considere que na aquisição de um título a expectativa seja de 5 pagamentos semestrais, postecipados, no valor de R\$ 5.000,00 cada, que, atualmente, o valor de mercado desse papel seja de R\$ 20.000,00 e que a remuneração paga a um investidor deva ser de 10% ao semestre para que ele atinja seu objetivo de poupança. Nessa situação, considerando 0,62 como valor aproximado para $1,1^{-5}$, o valor presente líquido desse investimento é negativo e, portanto, o título em questão não é uma boa alternativa de investimento.
- 101 Considere que Maria deseje comprar um bem por R\$ 100.000,00 à vista daqui a 4 anos e, para conseguir esse valor, ela pretenda fazer depósitos anuais, consecutivos e iguais, que serão corrigidos à taxa de juros compostos de 10% ao ano. Suponha ainda que, com esse objetivo, Maria tenha feito o primeiro depósito na data de hoje. Nessa situação, considerando 1,61 como valor aproximado para $1,1^5$, é correto afirmar que, para obter o valor necessário juntamente com o último depósito, a quantia que Maria deverá depositar anualmente é inferior a R\$ 16.400,00.

Um banco emprestou R\$ 10.000,00 à taxa de juros mensais de 1%, devendo ser pago pelo sistema de amortização constante (SAC), em 10 parcelas mensais e consecutivas, com a primeira prestação vencendo um mês após a tomada do empréstimo (sem carência). Nessa situação,

- 102 o total dos juros pagos até a quinta prestação inclusive será igual a R\$ 400,00.
- 103 o valor da primeira prestação será superior a R\$ 1.150,00.

Julgue os itens subsecutivos, relativos à taxa interna de retorno (TIR) e à avaliação de investimentos.

- 104 Considere que um investimento de R\$ 10,00 produza dois pagamentos mensais sucessivos: o primeiro, pago um mês após a data da aplicação, de R\$ 6,00, e o segundo, de R\$ 5,50. Nessa situação, a TIR para essa aplicação é superior a 9%.
- 105 Por gerar múltiplos resultados, a TIR é considerada superior ao valor presente líquido, pois permite ao analista escolher a taxa a ser apresentada ao investidor.

Com relação a avaliação, métodos, características, premissas e apuração de resultados atuariais em plano de benefício de previdência complementar fechada, julgue os itens subsequentes.

- 106 O atuário responsável pelo plano de benefícios poderá propor a criação de fundo previdencial e indicar, quanto a esse fundo, sua fonte de custeio e finalidade, que deverá guardar relação com um evento específico ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado; as regras de constituição e reversão do fundo deverão constar da nota técnica atuarial.
- 107 Na hipótese de ocorrência de déficit, o equacionamento pelo assistido deverá ocorrer por meio da instituição de contribuição extraordinária.
- 108 O benefício de pecúlio por morte, por corresponder a um único pagamento, será financiado, necessariamente, pelo regime financeiro de repartição simples.
- 109 Para fins de preenchimento das demonstrações atuariais a serem encaminhadas à PREVIC, a avaliação atuarial do plano de custeio será elaborada anualmente e o plano de custeio estabelecido entrará em vigor no mesmo ano a que se refere a avaliação.

A respeito do papel e do trabalho do atuário em uma operadora de saúde (OPS), julgue os itens a seguir.

- 110 O período dos dados a serem utilizados no cálculo da apuração das provisões técnicas do plano deverá contemplar o mínimo de doze meses.
- 111 A provisão de eventos/sinistros a liquidar, a provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA) e a provisão para remissão deverão ser apuradas conforme metodologia definida por atuário legalmente habilitado.

Com relação às avaliações atuariais dos regimes próprios de previdência social, julgue os itens que se seguem.

- 112** O demonstrativo dos resultados da avaliação atuarial (DRAA) do plano financeiro deve ser elaborado no caso de segregação de massa e contemplará somente os benefícios programáveis avaliados em regime financeiro de repartição simples com taxa de juros real referencial de 0%.
- 113** Admite-se a adoção de taxa real nula de crescimento da remuneração ao longo da carreira, desde que justificada em nota técnica atuarial.
- 114** As provisões matemáticas de benefícios a conceder em regime de capitalização correspondem aos compromissos com os integrantes da geração atual e das gerações futuras.
- 115** Na apuração do resultado atuarial do plano previdenciário, o ativo real líquido não poderá contemplar os créditos a receber do ente federativo, conforme estabelece o princípio da prudência.

Em relação ao controle interno administrativo no âmbito do Poder Executivo federal, julgue os itens a seguir.

- 116** Os princípios de controle interno administrativo incluem a previsão para que os funcionários gozem férias regularmente e a redução de rodízio entre as funções, a fim de melhorar a eficiência dos profissionais em relação aos serviços prestados.
- 117** Ao avaliar a efetividade dos controles internos administrativos, o servidor deve considerar se as políticas e registros que compõem os controles são adequados para proporcionar que o atingimento das metas ocorra de forma econômica e eficaz.
- 118** Infringe princípio de controle interno administrativo o servidor que desempenha função de controle na auditoria interna do MPU e possui senha de executor no SIAFI.
- 119** Na metodologia de trabalho adotada pelo sistema de controle interno, estão previstos uma avaliação sobre a atuação das unidades responsáveis pelo processo gerencial de implementação de políticas públicas de nível federal e o planejamento das ações de controle da execução dos programas de governo.
- 120** A lei federal que institui os sistemas de planejamento e orçamento da União inseriu o controle interno em um sistema específico, segregado dos sistemas de administração financeira e de contabilidade da União.

Espaço livre